

# Trabalho e salário na sociedade capitalista: reflexões para compreender o salário e o trabalho docente hodiernamente<sup>1</sup>

Eldra Carvalho da Silva<sup>2</sup>

Maria do Socorro Vasconcelos<sup>3</sup>

## Resumo

O presente artigo caracteriza-se como um estudo teórico em que apresenta reflexões para entender a questão trabalho e salário no seio da sociedade capitalista, a fim de compreendermos como esse contexto subjaz o salário e o trabalho docente nessa sociedade hodiernamente. A conclusão é de que a força de trabalho do homem na estrutura do capitalismo vem sofrendo um processo de desvalorização que é notório na política salarial e que sendo o profissional da educação um sujeito que vende sua força de trabalho ao longo dos tempos também está sendo submetido a desvalorização resultante desse processo.

## Palavras-chave

Trabalho; Salário; Trabalho docente.

## Work and wages in capitalist society: reflections for understanding the teacher salary and work hodierna

## Abstract

This article is characterized as a theoretical study that presents ideas to understand the issue and wage labor within the capitalist society in order to understand how this context underlying earnings and teaching in this modern society. The conclusion is that the workforce of the man in the structure of capitalism has been undergoing a process of devaluation that is notorious in wage policy and the professional education being a guy who sells its labor force over time is also being submitted devaluation resulting from this process.

## Keywords

Job; Salary; Teaching.

## Introdução

O salário, na sociedade capitalista, é a expressão simbólica social do valor pago ao trabalhador pela sua força de trabalho, relativo ao trabalho necessário, ou seja, relativo aos meios de subsistência necessários à reprodução da força de trabalho. Marx (2008, p. 615) assevera que é no seio da sociedade burguesa que o salário do trabalhador aparece como preço do trabalho; ou seja, determinada quantidade de dinheiro vale uma determinada quantidade de trabalho e tem seu apogeu na base da produção capitalista, uma vez que esta tem, necessariamente, seu fundamento precisamente no trabalho assalariado. Contudo, é mister destacar que o salário que aparece, nessa sociedade, como o preço do trabalho não condiz com o valor produzido durante uma jornada de trabalho diária.

No contexto do capitalismo, em que a base do crescimento econômico é a mais-valia, em especial na sua forma relativa, ou a partir da subsunção real do trabalho, é preciso entender que o que se encontra disponível para o mercado não é o trabalho, mas o trabalhador que vende sua força de trabalho para além do necessário, pois “o trabalho é a substância e a medida imanente dos valores, mas na sociedade burguesa, ele próprio não tem nenhum valor” (MARX, 2008 p. 617).

Nesse sentido consideramos que o salário na sociedade capitalista é apenas um dos símbolos da exploração da força de trabalho do trabalhador, uma vez que o valor pago a este não condiz com o que é produzido, nem com o tempo trabalhado e é aí que reside a grande lógica do sistema capitalista. Nesse sentido, o presente texto se caracteriza como um estudo sobre a configuração do salário e trabalho na sociedade capitalista, especialmente no final do século XX, a fim de compreendermos o trabalho e salário do professor, funcionário público de um Estado capitalista nos dias atuais.

## Salário e trabalho docente no final do século XX

O chamado salário, na sociedade capitalista, traz, em seu conceito e sua história, determinada desvalorização do trabalhador, uma vez que, como se vê, este não é pago pelas horas justas do trabalho necessário à produção, mas equivale à produção e seu excedente. Nesse sentido, Marx (2008, p. 620) afirma:

Sendo o valor do trabalho apenas uma expressão irracional que se dá ao valor da força de trabalho, daí resulta necessariamente que o valor do trabalho tem que ser sempre menor que o valor que produz, pois o capitalista põe a força de trabalho a funcionar por tempo mais longo que o necessário à reprodução de seu próprio valor.

Compreende-se, assim, a importância decisiva da metamorfose do valor e do preço da força de trabalho em salário ou em valor e preço do próprio trabalho. Nessa forma aparente, que torna invisível a verdadeira relação e ostenta o oposto dela, repousam todas as noções jurídicas do assalariado e do capitalista, todas as mistificações do modo capitalista de produção, todas as suas ilusões de liberdade, todos os embustes apologeticos da economia vulgar.

Uma vez destacado como o salário se constitui e como ele se estrutura, no seio da sociedade capitalista, precisa-se compreender a política salarial e o trabalhador, dentro do Estado capitalista.

Meszáros (2002), na obra *Para além do Capital*, faz uma crítica da sociedade capitalista a partir da recuperação do pensamento de Marx, objetivando uma resposta à necessidade de ruptura com essa forma de produção de riqueza, em que o homem é uma mera peça de engrenagem da auto-reprodução do capital, e assinala que é sob esse metabolismo socioeconômico, esmagador e incontrolável, que é o sistema capitalista que se ergue o Estado moderno, “imensamente poderoso e – igualmente totalizador.”

Nesse sentido, consideraremos, para este trabalho, o conceito de Estado moderno que destaca o autor supracitado, para quem “O Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema do capital que chegou à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas que dão forma ao Estado moderno”. Um Estado que surge como um complemento às estruturas econômicas do sistema do capital, como uma estrutura totalizadora de comando político do capital que tem como função primordial assegurar e proteger, numa base permanente, as realizações produtivas desse sistema. (MESZÁROS, 2002, p. 106).

Portanto, se o capital é a base do Estado moderno, é explicável por que sempre que tal sistema entra crise, leva com ele o Estado. O Estado moderno é indispensável à sustentabilidade material de todo o sistema capitalista. Para o autor, Estado moderno e o sistema do capital são um só e inseparáveis. Nesse sentido, concordamos com o autor em que a política é a sustentação das determinações socioeconômicas dominantes e, sendo assim, não se pode analisar a política salarial capitalista implementada para determinada classe de trabalhadores sem analisar que essa política é reproduzida no Estado moderno, obedecendo, portanto, à estrutura de dominação e alienação do capital.

Hoje, o modo de produção, da mesma forma como em sua origem, sustenta-se na produção de riqueza material; mas é preciso considerar-se, também, a produção

de riqueza imaterial – o capital financeiro ou monetário, que dá direção ao capital produtivo e ao comercial. A crise é proveniente dele e afeta diretamente, pela subordinação, conseqüentemente, o capital comercial e a crise de superprodução; se não se vende e só se produz, conseqüentemente, o capital vivenciará uma crise. Nesse cenário, segundo Meszáros (2002), uma das categorias fulcrais, cujo significado foi perversamente alterado, foi a de propriedade. Assim, o referido autor deixa claro que, no sistema do capital, a propriedade foi identificada como a “coisa” que não pertence mais ao sujeito que trabalha, ou seja,

[...] sob o comando do capital este sujeito não pode mais considerar as condições de sua produção e reprodução como sua própria propriedade, elas pertencem agora a um ser estranho que confronta os produtores e os subjeta aos imperativos materiais de sua própria constituição (p.611).

Ao analisar o papel do homem, enquanto sujeito, dentro da lógica do capital, Meszáros (2002) afirma que ele é reconhecido legitimamente e existente, apenas, como consumidor manipulado, pois o sistema do capital se baseia na alienação do controle dos produtores e, neste processo, esse mesmo sistema tem o papel de degradar o trabalho, de aspecto fundamental da “reprodução social” para o mero fator material de produção, destruindo, na prática, o verdadeiro relacionamento entre sujeito e objeto.

Nesse sentido, o capital vai procurando uma forma de controle necessária à sua perpetuação, e o trabalho e, conseqüentemente, o valor pago por esse trabalho, que seria para o homem condição de emancipação, é, no sistema capitalista, forma de alienação, quando se transforma em produtividade.

### **Política salarial dos professores no contexto de crise do capitalismo e da reforma do Estado**

Para compreender a política salarial estabelecida, na conjuntura atual, é necessário entender o encadeamento desta política a partir do contexto social, político e econômico que se estabeleceu com a crise do capitalismo, no final do século XX, retomando, como ponto de partida, um período conhecido como fordismo, e como se estrutura, a partir de então, a relação economia e força de trabalho.

O período que abrange as últimas décadas do século XX foi marcado, essencialmente, pela crise do capitalismo e, conseqüentemente, pela crise do Estado – o questionamento do seu papel e sua reforma constituíram elementos fulcrais, no

contexto político, uma vez que interferem, profundamente, nas diretrizes políticas que foram implementadas, a partir de então.

Para autores como Harvey (2008), a crise do capitalismo coincide com a crise do fordismo<sup>4</sup>; por isso, abordaremos em que bases se estrutura a política salarial, a partir desse período que compreende as últimas décadas do século XX. Para o referido autor, o Fordismo, mais que um novo tipo de organização da força de trabalho, é um novo estilo de vida, caracterizado pela produção e consumo de massas, com altos salários e um Estado que assume a responsabilidade sobre amplos setores de serviços<sup>5</sup>.

O que havia de especial em Ford [...] era sua visão, seu reconhecimento explícito de que a produção de massa significava consumo de massa, um novo sistema de reprodução da força de trabalho, uma nova política de controle e gerência do trabalho, uma nova estética e uma nova psicologia, em suma um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista (HARVEY, 2008, p. 121).

Portanto, nessa ideia, é evidente que quanto maior fosse a produção, maior seria o consumo. Contudo uma das brilhantes estratégias seria valorizar a força de trabalho para que houvesse incentivo à tal produção em massa, assim como o consumo em massa. Assim, Harvey (2008, p.122) afirma, ainda, que era tão grande e forte a confiança de Ford no poder corporativo de regulamentação da economia que a sua empresa aumentou os salários, no começo da grande depressão, na expectativa de que isso aumentasse a demanda efetiva, recuperasse o mercado e restaurasse a confiança da comunidade de negócios.

Embora a política salarial se configurasse significativa, também, como cooptação da força de trabalho, não passava de uma estratégia de mercado, pois o maior lucro não se concentrava nas mãos dos trabalhadores e sim do empresariado. Além disso, é importante destacar que

Nem todos eram atingidos pelos benefícios do fordismo, havendo na verdade sinais abundantes de insatisfação mesmo no apogeu do sistema. Para começar, a negociação fordista de salários estava confinada a certos setores da economia e a certas nações-Estado em que o crescimento estável da demanda podia ser acompanhado por investimento de larga escala na tecnologia de produção em massa. Outros setores de produção de alto risco ainda dependiam de baixos salários e de franca garantia de emprego (HARVEY, 2008, p.132).

Portanto, os salários “significativos” ou altos salários, se é que se pode cha-

má-los assim, estavam relacionados diretamente à produtividade; não se vê, nesse contexto, a valorização da classe operária enquanto conjunto de trabalhadores, mas uma “valorização” ligada à produção, ou seja, dos setores onde mais produziam, aos olhos da lógica do capital, melhores salários, pois isso beneficiaria a empresa e traria mais lucro.

Para Peroni (2003), no período pós-guerra, o Estado capitalista passa a assumir outras obrigações, pois a produção em massa, característica básica do fordismo, requeria investimentos em capital fixo<sup>6</sup> e um significativo número de consumidores – isto é, condições de demanda relativamente estáveis – para ser lucrativa.

Segundo a autora, o Estado tinha, entre outros, o principal papel de controlar os ciclos econômicos, combinando políticas fiscais e monetárias. As políticas eram direcionadas, principalmente, para o crescimento da produção e o consumo de massa, que tinham, também, o objetivo de garantir pleno emprego. “O salário social era complementado pelos governos através da seguridade social, assistência médica, educação, habitação.” (PERONI, 2000, p. 2). O Estado acabava exercendo, também, o papel de regular, direta ou indiretamente, os acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção, sendo isso resultado da ação da classe trabalhadora, por meio dos sindicatos, das greves, entre outros mecanismos.

Nesse cenário, destacam-se as ideias de Keynes<sup>7</sup>, para quem o Estado deveria ser o interventor direto da economia; portanto, no mínimo, o Estado teria que garantir alguma espécie de salário social e proporcionar políticas redistributivas que combatessem e/ou amenizassem as desigualdades, o que ficou conhecido como o Estado Keynesiano do bem-estar social. Nesse contexto, Ramos (2003, p. 119) ajuda a compreender que

O intervencionismo estatal, mesmo tendo como principal objetivo dar sustentação à acumulação de capital, acabou possibilitando importantes conquistas das classes trabalhadoras, mormente nos países desenvolvidos, onde se conseguiu instituir um leque bastante amplo de políticas públicas, delineadoras do que se concebeu como Estado de Bem-Estar Social.

No chamado Estado de Bem-Estar Social, em que se configura uma política salarial baseada em amparos sociais, tais como benefícios e o salário mínimo, entre outros, os governos buscavam fornecer um forte complemento ao salário social com gastos de seguridade social, assistência médica, educação, habitação, etc.. Além disso, o poder estatal era exercido direta ou indiretamente sobre os

acordos salariais e os direitos dos trabalhadores na produção, a propósito do que HARVEY (2008, p.129) esclarece:

O Estado aguentava a carga de um crescente descontentamento, que às vezes culminava em desordens civis por parte dos excluídos. No mínimo, o Estado tinha de tentar garantir alguma espécie de salário social adequado para todos ou engajar-se em políticas redistributivas ou ações legais que remediassem ativamente as desigualdades, combatessem o relativo empobrecimento e a exclusão das minorias. A legitimação do poder do Estado dependia cada vez mais da capacidade de levar os benefícios do fordismo a todos e de encontrar meios de oferecer assistência médica, habitação e serviços educacionais adequados em larga escala, mas de modo humano e atencioso.

Tratando-se, especificamente, dos professores, esse quadro não foi diferente, pois, nesse período, é possível ver também os professores amparados pelos benefícios sociais do Estado de Bem-Estar Social. No Brasil, houve um ensaio de Estado Providência, desde a ditadura Vargas, considerado o período de maior amparo social ao trabalhador docente, o que, segundo Monlevade (2000), evidenciou resultados negativos para o salário dessa classe.

É importante frisar que o Brasil, na verdade, nunca chegou a estruturar um Estado de bem-estar, como os países mais desenvolvidos. Portanto, não se pode negar a forte intervenção estatal na economia nacional, que iniciou na era Vargas e teve seu apogeu na ditadura militar. Como afirma Oliveira (2008, p. 25), no Brasil, o que houve foi um “arremedo de social-democracia ou do Estado de bem-estar.”

Essa intervenção estatal na economia é que, para alguns teóricos neoclássicos, como Hayeck, constitui-se em um dos principais elementos da crise econômica, pois como afirma Ramos (2003, p. 122), “esses teóricos, incapazes de reconhecer o caráter cíclico das crises da economia de mercado, enxergam suas causas na ação do Estado intervencionista”. Para eles, a participação exacerbada do Estado nas políticas sociais eram a causa para um “inchaço” e, conseqüentemente, a crise. Portanto, a frase célebre do momento era “Menos Estado, mais mercado”. Nesse sentido, assinala Therborn (1995, p.140),

[...] a experiência tem revelado, mais que nada, a extrema pujança dos Estados de bem-estar. O Welfare State tem sido muito atacado, tanto pela esquerda quanto pela direita e centro. Ataques que vêm desde os neoliberais até de pessoas como

Jürgen Habermas e forças da extrema esquerda. Eles talvez tenham razão. Em geral, o Estado de bem-estar tem sido atacado por estar em crise, por estar inteira e inevitavelmente subjugado por contradições internas insolúveis etc. Analisando do ponto de vista histórico, isto simplesmente não é verdade. O balanço histórico mostra que o Estado de bem-estar se constituiu numa instituição social extremamente robusta que tem se mantido surpreendentemente bem. A comprovação mais dramática disto pode ser encontrada na América Latina: ao final do pinochetismo, o Chile ainda mantinha o Estado de bem-estar mais organizado, eficiente e dispendioso da região (grifos do autor).

O Estado de Bem-Estar Social não poderia ser considerado a principal causa da crise, uma vez que a crise não foi do Estado e sim do capitalismo; o que, na realidade, ocorreu foi que o “o Estado não mais conseguiu contornar a crise do próprio sistema capitalista”, que não estava mais conseguindo se manter.

Nesse contexto, afirma Harvey (2008), o modelo entra em crise pela rigidez que o sistema de produção mostra para absorver as mudanças nas demandas do mercado que o próprio capital gera, bem como pela tendência à baixa da produtividade. Nem todos eram atendidos pelo sistema capitalista, disso resultando sérias tensões sociais. Assim, a reforma do Estado surgiu como alternativa capaz de liberar a economia para uma nova etapa de crescimento.

Afirma Harvey (2008, p.140) que as décadas de 1970 e 1980 foram um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. No espaço social criado por todas essas oscilações e incertezas, uma série de novas experiências, nos domínios da organização industrial e da vida social e política, começou a ganhar forma. Essas experiências podem ter representado os primeiros ímpetus da passagem para um regime de acumulação inteiramente novo, associado com um sistema de regulamentação política bem distinta. Tal crise se traduz, em geral, no aumento da inflação e do endividamento público, na queda ou no lento crescimento da produção e no aumento do desemprego, e a saída para o empresário seria aumentar a produtividade e baixar o custo da força de trabalho, ou seja, reduzir os salários. Assim:

Da mesma forma que o fordismo dependia de um sistema geral de regulamentação por parte do Estado, chegando a ser visto menos como um mero sistema de produção em massa do que como um modo de vida total, também este momento histórico, com suas especificidades no âmbito do modo de produção, necessitam

de uma ideologia para que tais particularidades sejam aceitas e incorporadas, e o neoliberalismo é a ideologia própria desta fase do capitalismo (PERONI, 2003 p.4).

Nesse momento de crise, a saída encontrada foi a flexibilização da produção, que consistiu em modificações organizacionais e materiais do setor industrial. Essas mudanças foram desenvolvidas, em grande parte, pela Toyota<sup>8</sup>, de modo que esse modelo se expandiu estruturando um novo modelo econômico – o toyotismo ou o modelo japonês – que, segundo Antunes (2008), tem causado grande impacto no campo econômico e até social. Ao contrário do fordismo, no toyotismo, segundo o citado autor, a produção é variada, diversificada e pronta para suprir o consumo, e o trabalhador é aquele que deve saber operar várias máquinas ao mesmo tempo: o trabalhador multifuncional. Assim, polivalência, eficiência, eficácia, trabalho em equipe se tornam as palavras de ordem para os trabalhadores, nesse modelo econômico.

No que diz respeito aos professores, Oliveira (2004) afirma que, nesse contexto, os trabalhadores docentes se vêem forçados a dominar novas práticas e novos saberes no exercício de suas funções. A pedagogia de projetos, a transversalidade dos currículos, os novos conceitos de avaliação, e tantas outras, enfim, são as muitas exigências a que esses profissionais precisam atender e se adequar. O “bom” professor, para corresponder às expectativas dessa nova sociedade, é aquele que domina várias disciplinas, que consegue aplicar a multidisciplinaridade, que sabe trabalhar em equipe e desenvolver diversas outras atividades em “*prol*” da escola e da educação. E isso vai se refletir em maior exploração e precarização desse trabalhador.

Nesse cenário, o neoliberalismo retoma suas forças com a ideologia<sup>9</sup> de que o Estado estava em crise e necessitava urgentemente ser reestruturado de forma que oferecesse liberdade ao mercado, pois a relação direta do Estado era prejudicial ao andamento do mercado. No entanto, é importante destacar que o Estado proposto pela lógica neoliberal é mínimo para as políticas sociais, porém máximo quando se refere ao fortalecimento do capital, pois este tem a responsabilidade de “atrair o capital financeiro transnacional e conter a fuga de capital para pastagens mais verdes e lucrativas” (PERONI, 2003, p. 5).

Dessa forma, o mercado internacional se expandiu consideravelmente e isso, de certa forma, levou os Estados, cada vez mais, a se empenharem para estar no topo do empreendimento; mas, por outro lado, para que isso fosse possível, era necessário conter a força de trabalho e os movimentos sociais. No caso brasileiro, o professor Francisco de Oliveira (1995, p. 28), em seu artigo “Neoliberalismo à brasileira”, revela que o neoliberalismo “trata-se de destruir a capacidade de luta e

de organização que uma parte importante do sindicalismo mostrou. É este o programa neoliberal em sua maior letalidade: a destruição da esperança e a destruição das organizações sindicais”. Portanto, se a luta por uma política salarial digna partia dos movimentos sociais, esta luta estava bloqueada.

Segundo Ramos (2003, p.105), particularmente no Brasil, tem se observado um movimento de capitais, que se deslocam de regiões mais ricas para regiões mais pobres, tanto estimulados pela política de incentivos fiscais, quanto pelo menor preço da força de trabalho, pois o menor custo desta representa significativas vantagens para o empresariado.

Com a “nova” lógica de produção, assumida após a crise do capitalismo, e com o apogeu do neoliberalismo, a alienação assume papel de destaque, sob forma de perda de sua própria unidade: trabalho e lazer, meios e fins, vida pública e vida privada, entre outras formas de disjunção dos elementos de unidade presentes na sociedade do trabalho.

Nesse sentido, concebemos que os profissionais da Educação, sendo trabalhadores desse sistema, obedecem e se enquadram nessa configuração de trabalhadores do final do século XX. Marx (2008), ao fazer menção ao trabalho intelectual, na lógica do capital, afirma que “um mestre escola é um trabalhador produtivo quando trabalha não só para desenvolver a mente das crianças, mas também para enriquecer o dono da escola” (p. 578). No caso do professor do setor público, embora considerado improdutivo por não produzir mais-valia, ele trabalha para sustentar e manter a ideologia do Estado capitalista.

Mészáros (2008), nessa perspectiva, afirma que, de fato, o sistema do capital não conseguiria sobreviver, durante uma semana, sem as suas mediações de segunda ordem: principalmente o Estado, a relação de troca, orientada para o mercado, e o trabalho, em sua subordinação estrutural ao capital. Sendo, portanto, o Estado um dos maiores mediadores do capital, o professor da escola pública, funcionário desse Estado, está sujeito ao processo de proletarianização e alienação, assim como o trabalhador da fábrica.

A esse respeito, Pucci, Oliveira e Sguissard (1991, p. 91) afirmam:

A prolongada jornada de trabalho, as difíceis condições profissionais, o processo de alienação e desqualificação de seu trabalho, os baixos e aviltantes salários estão levando o professor à essa situação. Os funcionários da educação, até pouco tempo atrás enlevados pela missão de formar os homens do amanhã, estão, por sua vez, descobrindo, na prática quotidiana, sua identificação proletária própria: o de

serem trabalhadores como seus companheiros da indústria, do campo e do setor de serviços a serviço do capital.

Na análise de Marx, todo trabalhador produtivo é assalariado, porém nem todo trabalhador assalariado é produtivo; portanto, no pensamento marxista há distinção entre trabalho produtivo e trabalho improdutivo.

O trabalho produtivo é contratado pelo capital no processo de produção da mais-valia, por outro lado, o número crescente de funcionários do Estado não empregados na produção de mercadorias, portanto não sendo produtores diretos de mais-valia são considerados improdutivos (BOTTOMORE, 2001, p. 386).

No entanto, autores marxistas citados por Bottomore (2001), como Gough (1975), Fine e Harris, (1979), se opuseram a essa distinção por acreditar que todo trabalho assalariado está identicamente sujeito à exploração, a despeito de ser ou não empregado diretamente pelo capital. Portanto, levando em consideração esses aspectos, é que trouxemos o pensamento marxista para sustentação da análise a que se propõe este trabalho, uma vez que consideramos o professor da escola pública explorado pelo Estado moderno que, como já citado, tem como função principal assegurar as produções e reproduções do capitalismo. Por conseguinte, o professorado, na atual conjuntura do capitalismo, tem sido considerado “uma categoria submetida a um processo de ‘proletarização’ e com tendência a ser assimilada pela classe operária.” (JÁEN, 1991, p. 74).

Além disso, não se pode deixar de ter a clareza de que o professor é um trabalhador, e o que é o trabalhador se não “a totalidade dos assalariados, homens e mulheres que vivem da venda de sua força de trabalho, não se restringindo aos trabalhadores manuais diretos, mas todos aqueles que vendem sua força de trabalho em troca de salário.” (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 342). Essa clareza consiste, essencialmente, em:

Compreender, portanto, a classe trabalhadora hoje, de modo ampliado, implica entender este conjunto de seres sociais que vivem da venda de sua força de trabalho, que são assalariados e desprovidos dos meios de produção. Como todo trabalho produtivo é assalariado, mas nem todo trabalhador assalariado é produtivo, uma noção contemporânea de classe trabalhadora deve incorporar a totalidade dos trabalhadores(as) assalariados(as). (ANTUNES; ALVES, 2004, p. 343).

Assim, partimos em nossa análise desta noção contemporânea de classe trabalhadora, que se baseia na discussão de exploração desenvolvida por Marx, mas “não reduz a categoria de exploração a um conceito genérico de apropriação de trabalho excedente” (BOTTOMORE, 2001, p. 386).

Para fundamentar esta análise, trazemos para esta discussão, as ideias de Jáen (1991) sobre a teoria da proletarização aplicada aos docentes. Para esta autora, os docentes são trabalhadores que desempenham um trabalho assalariado e têm sofrido, como categoria, importantes modificações em suas condições de trabalho. Para sustentar tal afirmação, a referida autora aponta quatro idéias nucleares, objetivando compreender o professor na perspectiva da proletarização.

A primeira idéia destaca a questão das condições de trabalho que, no modo de produção capitalista, foram se gestando no âmbito da produção. Nesse aspecto, a autora destaca o parcelamento das tarefas, a rotinização do trabalho, o excesso de especialização, a hierarquização; ou seja, as medidas importadas pela lógica racionalizadora do capital que estão, intrinsecamente, ligadas ao trabalho educacional.

Na segunda idéia, a autora destaca que a lógica racionalizadora do capital, na produção, transpôs os limites desta e se estendeu a outros processos de trabalho, inclusive os desenvolvidos no interior dos aparelhos do Estado, como é o caso do trabalhador docente que tem sido afetado pela introdução do modelo “tecnocrático” na educação, levando o professorado, cada vez mais, a um processo de desqualificação.

Os conflitos e enfrentamentos entre trabalhadores e empregadores como forma de resistência à lógica perversa do capitalismo compõem a terceira idéia, o que, no interior do trabalho educacional, também tem estado presente, hajam vistos os conflitos e a resistência às suas condições de trabalho impostas pelo Estado.

Por último, a autora ressalta e reafirma que são essas condições de proletarização a que as categorias trabalhadoras, entre estas a categoria docente, estão submetidas que os leva a um processo de desqualificação; portanto, são condições que assimilam o professor aos operários da produção.

### **A política salarial no Brasil na reforma do Estado**

Segundo Peroni (2003, p. 27), no caso brasileiro, uma das principais estratégias pensadas para superar a crise e, assim, adequar-se à nova estrutura econômica que se desenhava foi a reforma do Estado, tendo sido criado, para isso, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, um ministério denominado Ministério da Administração e Reforma do Estado (MARE)<sup>10</sup>, sob o comando do então ministro Bresser-Pereira. Este último destacava que, para a superação da

crise do Estado, no Brasil e na América Latina, havia a necessidade de reformá-lo ou reconstruí-lo, e definia as linhas básicas da reforma, apresentadas no Plano Diretor da Reforma do Aparelho do Estado.

A referida autora destaca que, de acordo com esse documento, a reforma do Estado deveria ser entendida dentro do contexto da redefinição do papel do Estado, que deixa de ser o responsável direto pelo desenvolvimento econômico e social, pela via da produção de bens e serviços, para se fortalecer na função de promotor e regulador desse desenvolvimento. Assim, Fernando Henrique Cardoso afirmou:

Reformar o Estado, não significa desmantelá-lo. Pelo contrário, a reforma jamais poderia significar uma desorganização do sistema administrativo e do sistema político de decisões e, muito menos, é claro, levar a diminuição da capacidade regulatória do Estado, ou ainda, à diminuição do seu poder de liderar o processo de mudanças, definindo o seu rumo. Mudar o Estado significa, antes de tudo, abandonar visões do passado de um Estado assistencialista e paternalista, de um Estado que, por força de circunstâncias, concentravam-se em larga medida na ação direta para produção de bens e serviços. Hoje, todos sabemos que a produção de bens e serviços pode e deve ser transferida à sociedade, à iniciativa privada, com grande eficiência e com menor custo para o consumidor. (CARDOSO, 2006, p. 15).

A partir dos anos de 1980 e, essencialmente, nos anos 1990, o Brasil vive a avalanche neoliberal e, com isso, a supremacia do mercado e do modo de produção capitalista. Nas palavras do ex-presidente Fernando Henrique, acima destacadas, percebemos claramente esse destaque à lógica neoliberal que nega a participação do Estado na economia e na promoção do bem estar da sociedade, passando esse papel ao mercado. O Estado, porém, não sai de cena; ele deixa de ser o promotor das ações, contudo permanece no papel de regulador. No entanto, para que esse Estado se mantivesse no papel, apenas, de regulador, era necessário adotar critérios de gestão, capazes de reduzir custos, buscar maior articulação com a sociedade, definir prioridades democraticamente e não se esquecer de cobrar resultados. Nesse cenário, vê-se, nitidamente, o fortalecimento do Estado capitalista.

Analisando-se os textos dos *Cadernos MARE*, observa-se que, nesses documentos, fica expresso que não é possível pensar a modernização, a renovação ou a reforma sem refletir sobre a necessidade de recuperar a dignidade da função pública; e uma das formas de recuperar essa dignidade seria por meio de uma política salarial digna<sup>11</sup>, estratégia encontrada pelo governo para ter o apoio dos funcionários públi-

cos, pois, como afirmava FHC, a reforma seria uma “transição à qual todos devem se dedicar a fim de reorganizar o aparelho do Estado, e essa transição não será possível sem a participação dos funcionários públicos. Para o ex-presidente,

Precisamos acabar com a noção de que ser funcionário é ser privilegiado. O privilégio é servir ao público, à cidadania. E servindo adequadamente ao público, ser compensado pela admiração por parte da sociedade. E essa admiração não pode se esgotar em belas palavras. **Deve significar também a valorização das carreiras do serviço público, melhor remuneração.** Mas como tenho insistido nada disso se conquista do dia para a noite. E tampouco podemos dar guarida à manifestação de interesses corporativos que não merecem qualquer apoio da população (CARDOSO, 2006, p. 19. Grifos nossos).

Nesse registro do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, fica claro que a valorização das carreiras e a melhor remuneração seriam para os funcionários públicos que trabalhassem servindo ao governo, à pátria e à sociedade de forma competente e que, juntamente com governo, trabalhassem pelo desenvolvimento da nação, sem se unir aos sindicatos, que eram considerados perniciosos pelo governo. Esse fato lembra a idéia de “consciência coletiva”, pensada por Durkheim, no apogeu do positivismo, uma vez que afirmava o presidente que a melhoria das condições de trabalho do funcionalismo cresceria com a estabilização da economia e que tal estabilização só poderia acontecer se todos aqueles que são “partícipes” da construção da nação pudessem caminhar juntos. Isso fica claro nas palavras do Ministro Bresser-Pereira:

Uma estratégia essencial ao se reformar o aparelho do Estado é reforçar o núcleo estratégico e fazer com que seja ocupado por servidores públicos altamente competentes, bem treinados e bem pagos; com servidores que entendam o ethos do serviço público como o dever de servir ao cidadão. Nessa área a carreira e a estabilidade devem ser asseguradas por lei. (BRESSER-PEREIRA, 2006, p. 34).

Competência, entendida nessa perspectiva, é sinônimo de “bom comportamento” do funcionário, no sentido de trabalhar em prol do governo e não reivindicar seus direitos através dos movimentos sindicais. Sobre isso, o ex-presidente FHC ainda afirmava que a reforma seria “obstaculizada por pessoas que pensam que o governo é capaz de fazer milagres, sobretudo no que diz respeito à remuneração.”

Para reafirmar, ainda mais, o caráter ideológico de que estava imbuída a reforma, registro o que dizia FHC sobre os sindicatos:

Por que a reforma apenas terá êxito se for sustentada pelas lideranças do serviço público. Não digo as lideranças sindicais que infelizmente, estão atreladas às formas mais nocivas de corporativismo, mas sim as lideranças de mentalidade que querem renovar-se, que tem entusiasmo pela função pública, que tem o sentido de missão, de espírito público. (CARDOSO, 2006, p.19).

Pelos discursos do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso e do ex-ministro Bresser-Pereira, a principal estratégia era convencer a população, principalmente, os funcionários públicos, de que era necessária a política de reforma do Estado porque a economia precisava ser estabilizada, e para ser estabilizada era preciso aumentar a produtividade e a riqueza do país; e “todos” deveriam ser partícipes desse crescimento para, assim, usufruírem de melhores condições de trabalho e salários mais dignos.

Nessa linha de pensamento, os documentos contidos nos Cadernos MARE, relatam que a inexistência de uma política remuneratória para os servidores públicos federais, durante o período autoritário<sup>12</sup>, não foi corrigida, no retorno à democracia. As distorções salariais, que já eram grandes, apenas se aprofundaram, enquanto o total de gastos, que aumentou durante o governo Sarney, foi violentamente reduzido pelo governo Collor, através de uma grande redução dos salários médios reais. No governo Itamar Franco, o nível de salários é recuperado, ao mesmo tempo em que o total de gastos com pessoal cresce de forma explosiva (BRASIL, 1997a, p. 17).

Segundo esses documentos, para superar essas distorções com a reforma do Estado, o governo procurou, por meio de uma isonomia salarial, corrigir as profundas distorções na remuneração dos servidores; porém, o resultado foi um forte aumento na folha sem que as distorções fossem eliminadas. Nessas distorções aparecem, portanto, alguns setores ganhando muito bem e outros, ganhando muito mal.

É evidente a motivação puramente ideológica daqueles que pensaram a reforma do Estado, no Brasil, e a trama articulada para convencer o povo brasileiro a acreditar que esse era o melhor caminho. E nessa trama, uma política salarial que convencesse os funcionários públicos se tornou uma das principais estratégias, uma vez que era dessa classe, principalmente, o apoio de que o governo precisava.

Nesse cenário, como se configura o trabalho e a política salarial para os profissionais do magistério, no caso deste estudo, os profissionais do magistério da Educação Básica?

Para discutir essa questão, é preciso destacar que as políticas educacionais pensadas, a partir de 1990, são reflexos desse contexto, tornando-se parte constitutiva dessas mudanças, dando visibilidade e materialidade às mesmas, o que configura um novo momento da educação brasileira, pois, como afirma Oliveira (2004), se, nos anos 1960, assistia-se, no Brasil, à tentativa de adequação da educação às exigências do padrão de acumulação fordista e às ambições do ideário nacional desenvolvimentista, os anos de 1990 demarcaram uma nova realidade: o imperativo da globalização. Portanto, afirma a referida autora, os objetivos, as funções e a organização da educação devem adequar-se às necessidades da sociedade vigente, até porque à educação é atribuída a maior responsabilidade para a melhoria das condições sociais. Nesse sentido,

As recentes mudanças nas políticas públicas de educação no Brasil, mas especificamente aquelas que tiveram início no primeiro mandato do presidente Fernando Henrique Cardoso e que prosseguem no atual governo, ilustram bem a referida transição. O argumento central dessas reformas poderia ser sintetizado na expressão largamente utilizada nos estudos produzidos pelos organismos internacionais pertencentes à ONU para orientação dos governos latino-americanos com relação à educação: transformação produtiva com equidade. (OLIVEIRA, 2004, p. 1129).

Nesse cenário de novas configurações da política educacional, demandado pela crise do capitalismo e o apogeu de uma nova reestruturação econômica, o objetivo principal desta última será uma educação para a equidade social. Esse processo repercute, diretamente, na composição, na estrutura e na gestão das escolas. E o professor, sendo o profissional da educação envolvido com os processos de ensino e aprendizagem, passa a ser o centro das discussões para se alcançar a qualidade do ensino. Porém, é preciso salientar que a profissão docente, em meio às mudanças impostas, passa por um processo de desprofissionalização e precarização, uma vez que é o professor o principal alvo para a garantia da qualidade do ensino. Em contrapartida, o docente não tem autonomia para seu trabalho e, ademais, precisa trabalhar manhã, tarde e noite para garantir melhor remuneração. No que diz respeito a essa perda de autonomia, Oliveira (2004, p. 1135) salienta:

[...] A participação dos profissionais docentes e da comunidade na elaboração e decisão das políticas públicas passa a ser uma exigência da gestão escolar, refletida em mecanismos mais coletivos e participativos. Uma gestão democrática da educação

que reconhecesse a escola como espaço de política e trabalho, era buscada nos emblemas de autonomia administrativa, financeira e pedagógica, na participação da comunidade nos desígnios da escola (elaboração dos projetos pedagógicos e definição dos calendários e na criação de instâncias mais democráticas de gestão (eleição de diretores e constituição dos colegiados).

Esses fatores, ao mesmo tempo em que são importantes e significativos para a sociedade, em contrapartida, são os principais fatores que influenciam no sentimento de desprofissionalização do professor, uma vez que nesse contexto de “consciência coletiva” todos são responsáveis pela educação; contudo, o professor é o mais culpabilizado pelo fracasso escolar. Outro elemento fundamental diz respeito à precarização do trabalho docente, traduzido, na maioria das vezes, nas péssimas condições de trabalho e remuneração a que esses profissionais se veem submetidos, nesta sociedade capitalista, o que “tem tornado cada vez mais agudo o quadro de instabilidade e precariedade do emprego no magistério público.” (OLIVEIRA, 2004 p. 1140).

Até aqui, trouxemos para o debate discussões que subsidiam a compreensão de trabalho e salário, na sociedade capitalista, caracterizada, especialmente no final do século XX, pela crise do fordismo e, conseqüentemente, do capitalismo, pelo advento uma nova estrutura econômica, o Toyotismo, assim como da política neoliberal. As políticas educacionais e a política salarial implementadas são partes constitutivas desse processo.

### **Breves considerações**

As discussões e reflexões apresentadas não têm o objetivo de inserir o professor da escola pública no quadro de trabalhadores produtivos, mas compreender este como uma categoria de trabalhadores que na maioria das vezes é explorado e desvalorizado pelo Estado capitalista, e o baixo salário pago a estes é um dos principais aspectos revelador deste fato. E como enfatiza Jáen (1991), os docentes são trabalhadores que desempenham um trabalho assalariado e têm sofrido como categoria, importantes modificações em suas condições de trabalho.

No que se refere ao Estado, como o empregador nesse processo do professor público, trazemos a reflexão feita por Mézaros (2008), para quem, o sistema do capital não conseguiria sobreviver, durante uma semana, sem as sua mediações de segunda ordem: principalmente o Estado, a relação de troca, orientada para o mercado, e o trabalho em sua subordinação estrutural ao capital. Sendo, portanto, o Estado um dos maiores mediadores do capital, o professor da escola pública, funcionário desse Esta-

do que é o principal mantenedor da produção capitalista, está sujeito ao processo de exploração, às vezes proletarização e alienação, assim como os demais trabalhadores.

O contexto político, econômico e social do final do século, marcado por inúmeras transformações como: o esgotamento do modelo fordista, o surgimento do Toyotismo, a reestruturação produtiva caracterizada por maior flexibilidade de gerenciamento, fortalecimento do papel do capital, declínio da influência dos movimentos de trabalhadores; individualização e diversificação cada vez maior das relações de trabalho; intervenção estatal para desregular os mercados; o declínio do o estado do bem estar social é fundamental para compreender a política salarial estabelecida para os profissionais da educação hodiernamente.

### Referências

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. *As mudanças no mundo do trabalho na era da mundialização do capital*. Educação & Sociedade. Campinas, v. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago, 2004.

HARVEY, David. *Condição pós-moderna*. São Paulo: Loyola, 2008 (17.ed.).

JÁEN, Marta Jiménez. *Os docentes e a racionalização do trabalho em educação*: Elementos para uma crítica da teoria da proletarização dos docentes. Teoria e Educação. Porto Alegre, n.4, p.74-90, 1991.

MARX, Karl. *O Processo de produção do capital*. In: \_\_\_\_\_. *O Capital: crítica da economia política*. 22.ed. Tradução: Reginaldo Sant'na.: Rio de Janeiro: Civilização, 2008. Livro Primeiro, Vol. II, p. 572-930.

MESZÁROS, István. *Para além do capital*. São Paulo: Boitempo, 2002. (Cap. 2, p.95-132; Cap. 14, p. 605-633; Cap. 25, p.1079-1093).

MONLEVADE, João Antonio Cabral de. *Valorização salarial dos professores*. 2000. 307p. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas. Campinas (SP), [s.n.], 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. *A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização*. Educação & Sociedade. Campinas, v.25, n.89, p. 1127-1144, set/ dez 2004.

OLIVEIRA, Francisco de. *Neoliberalismo à brasileira*. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). *Pós-neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. [1995] 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p.24-28.

PERONI, Vera Maria V. *Política educacional e papel do Estado: no Brasil dos anos de 1990*. São Paulo: Xamã, 2003.

PUCCI, Bruno; OLIVEIRA, Newton Ramos de; SGUISSARD, Valdemar. *O processo de proletarianização dos trabalhadores em educação*. Teoria e Educação. Porto Alegre, n.4, 1991.

RAMOS, Ângela Maria Pinheiro. *O financiamento da educação brasileira no contexto das mudanças político-econômicas pós-90*. Brasília (DF): Plano, 2003.

## Notas

- 1 Este trabalho tem como Agência Financiadora a FAPESPA - Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Pará
- 2 Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará / PPGED-UFPA - eldcar@ig.com.br
- 3 Mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará / PPGED-UFPA- ms-per@bol.com.br
- 4 Principalmente no Fordismo, podemos ver, claramente, a materialidade da questão valor e força de trabalho, abordada por Marx, no final do século XIX, quando Ford instala a jornada de oito horas de trabalho pelo valor de cinco dólares.
- 5 Quando falamos, aqui, sobre um Estado que assume responsabilidade sobre amplos setores de serviços, não nos referimos ao Estado Keynesiano de Bem-Estar Social.
- 6 Para se aumentar a produtividade, para compensar o ganho da produtividade, é preciso aumentar-se a intensidade do trabalho.
- 7 Economista que elaborou estratégias administrativas científicas sobre o poder e a influência do Estado, nos aspectos político, econômico e, principalmente, social.
- 8 Multinacional japonesa do setor automobilístico.
- 9 O sentido de 'ideologia' abordado neste texto é baseado no conceito de Marx, para quem ideologia é um mascaramento da realidade social que permite a legitimação da exploração e da dominação. "Por intermédio dela, tomamos o falso por verdadeiro, o injusto por justo." (CHAUI, 2008,). \*\* Professora, embora eu tenha lido o livro, o comentário de traz do livro foi para mim um resumo do conceito de ideologia mais adequado, portanto não tem página.
- 10 Vale ressaltar que o novo presidente FHC decidiu transformar a antiga e burocrática Secretaria da presidência, que geria o serviço público, em um novo ministério, que foi o MARE. Para o ministro Bresser-Pereira, com a expressão "reforma do Estado", conferida ao novo ministério, o presidente não estava apenas aumentando as atribuições de um determinado ministério, mas indicando uma prioridade do nosso tempo: reformar ou reconstruir o Estado.
- 11 Como já anunciamos, tomamos como referência de uma política salarial digna a apresentada pelo DIEESE.
- 12 Sobre a política salarial nesse período, temos como referência a obra *A Política Salarial no Brasil - 1964-1985: 21 anos de arrocho salarial e acumulação predatória*, onde Edmilson Costa constrói uma radiografia do chamado "arrocho salarial", o que, para ele, juntamente com as políticas sociais redistributivas, constitui a essência do caráter excludente do desenvolvimento capitalista no Brasil.

Submetido em março de 2011, aceito em junho de 2011.

